



## CONFERÊNCIA V FÓRUM FISCALIDADE



**OTOC**  
ORDEM DOS TÉCNICOS  
OFICIAIS DE CONTAS

Paula Nunes  
João Machado, Henrique Neto, Carlos Marinheiro e João Loureiro quando se preparavam para o debate.



## Orçamentos ameaçam 'galinha dos ovos de ouro' da economia

**Agricultores queixam-se das contas da água e do aumento do preço dos combustíveis.**

“Se a cada Orçamento piorarem os factores de competitividade, matam a galinha dos ovos de ouro” da economia portuguesa. Quem o diz é João Machado e a galinha dos ovos de ouro está nos sectores agro-alimentar e turístico. João Machado, que preside à Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), adianta que a água e os combustíveis estão a ficar mais caros e que o Orçamento para o próximo ano penaliza os factores de produção. E revela que levou ao ministro do Ambiente uma factura da conta da água de um agricultor para lhe mostrar que apenas uma parcela reflecte o custo da água e oito são taxas (sendo a oitava o IVA que incide sobre todas as outras taxas). “Temos de ter condições para que o Estado não afogue o crescimento” do sector agrícola. Antes João Machado tinha dito que apesar da presença da ‘troika’ em Portugal, o sector que representa cresceu como nunca tinha acontecido nos últimos 30 anos. “Temos investido mais de 1.000 milhões de euros por ano na agricultura nos últimos cinco anos. São cerca de 7.000 milhões de euros”. O equivalente a um TGV ou dois aeroportos exemplificou. ■ M.M.O.

### FACTURA DA ÁGUA

**8**  
Este é o número de taxas pagas numa conta da água.

### COMBUSTÍVEIS

**30% a 40%**  
Aumento do custo na agricultura devido ao agravamento dos preços dos combustíveis.

### INVESTIMENTO

**1.000 milhões**  
Valor do investimento na agricultura por ano, feito nos últimos cinco anos.

# Portugal precisa de uma estratégia estável para crescer

**Orçamento** Os economistas e empresários defendem que deve haver uma estratégia de médio/longo prazo que permita atrair o investimento para Portugal. Limite do défice em risco.

**Marta Moitinho Oliveira**  
marta.oliveira@economico.pt

Portugal precisa de uma estratégia estável de médio longo prazo que permita atrair investimento estrangeiro e pôr a economia a crescer. A opinião é partilhada pelos economistas e empresários que ontem estiveram presentes na conferência organizada pelo Diário Económico e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

O presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) foi um dos que pediu estabilidade. Para isso, falou da falta dela e da necessidade de os agentes políticos trabalharem para a mesma. João Machado defendeu que o Governo e o PS deviam chegar a um acordo sobre o número de ministérios e de secretarias de Estado antes das próximas eleições. Um entendimento que seria válido para os próximos 20 anos.

“Era uma boa reflexão antes das próximas eleições”, disse o representante dos agricultores no V Fórum Fiscalidade “Orçamento do Estado 2015”, que aconteceu em Lisboa. João Ma-



“

**No Orçamento do Estado para 2015 refreou-se a preocupação com a despesa, o que tem a ver com o período político.**

**António Nogueira Leite**  
professor na Universidade Nova

chado adiantou esperar que o número de ministérios não seja tema de campanha eleitoral e confidenciou que até já falou deste assunto com o actual líder da oposição, António Costa.

Além disso, o calendário eleitoral “é negativo” para o País. De acordo com a lei eleitoral, as eleições legislativas acontecem entre 14 de Setembro e 14 de Outubro e, segundo, este responsável devia haver um entendimento para que as eleições se realizassem no primeiro semestre.

Para o empresário Henrique Neto, “era fácil estabelecer alguma estabilidade se se discutisse o futuro”. Ou seja, o debate tem de ter uma perspectiva de médio longo prazo. Neto lembra o caso irlandês, onde ainda há pouco tempo havia uma polémica sobre o facto de apenas 65% dos trabalhadores de uma fábrica da Apple terem nacionalidade irlandesa, mas onde há uma estratégia de atracção de Investimento Directo Estrangeiro e de baixos impostos.

E se a falta de uma estratégia estável é um problema em si mesmo, as consequências alastram-se para as contas públicas.

É isso mesmo que defende Carlos Marinheiro, vogal do Conselho de Finanças Públicas. “É preciso saber com o que se pode contar no lado orçamental”, justificou. Marinheiro acrescenta que quando um governo toma posse deve primeiro apresentar o seu plano para a legislatura e depois tratar os instrumentos de aplicação anual. “O mais prejudicial para a capacidade de atracção de investimento é a imprevisibilidade fiscal”, conclui.

Na véspera do início do debate do Orçamento do Estado para 2015 no Parlamento, João Loureiro, professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, avisa que existe o risco de Portugal violar a meta do défice de 3% do PIB no próximo ano, em resultado da conjuntura externa. E lembra que o perigo desta derrapagem é o impacto que tem na “percepção dos mercados”. João Loureiro deixa ainda uma crítica ao Governo por não ter feito as reformas estruturais e António Nogueira Leite diz que, devido à proximidade das eleições, o Orçamento para 2015 refreou “a preocupação com a despesa”. ■

# “O País não vai, garantidamente, desperdiçar fundos”

**Fundos europeus** Críticas feitas por António Costa são rebatidas. Governo garante que vão ser um contributo muito positivo em 2015.

Lígia Simões  
ligia.simoeseconomico.pt

O secretário de Estado do Desenvolvimento Regional garantiu ontem a contribuição dos fundos europeus para o crescimento da economia já em 2015, rebatendo as críticas do futuro líder do PS. “O Dr. António Costa, futuro líder da oposição e actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa, levantou a bandeira vermelha de que estávamos atrasados na execução do QREN [quadro estratégico de referência nacional]. Somos o país da Europa com a maior taxa de execução. (...) Portugal não vai garantidamente desperdiçar fundos europeus”, assegurou Manuel Castro Almeida.

O autarca socialista tinha criticado, na semana passada, a alegada falta de aproveitamento por parte do Executivo de verbas do Fundo de Coesão, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Acordo de Parceria (2014-2020) para “diminuir a factura externa que Portugal paga com a energia”. “Estamos em risco de não aproveitar por opção nacional”, acusou então António Costa.

Na sequência destas declara-

ções, Manuel Castro Almeida lembrou, ontem, que Portugal é o primeiro país em termos de execução do QREN – 84% actualmente e 87% no final do ano – e que foi o segundo país a apresentar os programas no âmbito do Portugal 2020. “Não é preciso fazer nada de extraordinário para no final de 2015 estarmos nos 100%”, reforçou o governante, recordando que o QREN termina a 31 de Dezembro de 2015, no ano em que começa também a utilizar os fundos do Portugal 2020. Quanto ao OE/15 considera que é o mais fácil de defender dos últimos anos e aponta os argumentos (ver caixa).

## “OE É FÁCIL DE DEFENDER”

● **Castro Almeida aponta como um dos argumentos em defesa do OE/15 a reposição dos cortes de pensões abaixo dos 4.600 euros. “é uma medida simpática”, diz.**

● **Aponta como medida “justa” a reposição gradual dos salários dos funcionários públicos.**

● **Destaca o aumento das pensões mínimas, a nova descida do IRC e a fiscalidade verde que “são mais impostos, mas melhores”.**

Sobre as críticas de António Costa aos mapas que constam do OE/15, atirou: “Toda a gente entende que o mapa que aí consta, de transferência de e para a UE, é um mapa de fluxos de tesouraria, que é diferente de um mapa de montantes de investimento”.

Castro Almeida revelou ainda que comparando os fundos investidos em 2014, em 2015 representarão 0,7% do PIB. “Este é um dado importante, é este o acréscimo de investimentos quando comparamos com a previsão de crescimento do PIB, que é de 1,5%”, afirmou. O secretário de Estado deu ainda nota da alteração de prioridades – das infra-estruturas e investimento público para apoiar a competitividade da economia e o investimento privado – e destacou o “papel essencial” que terá a nova Instituição Financeira de Desenvolvimento (banco de fomento) para aumentar a liquidez nas empresas e apoiar os investimentos das PME. Avançou ainda que a IFD contará com um valor indicativo de 1.500 milhões de euros, cerca de 7,5% do total dos fundos europeus e um terço dos fundos dirigidos aos sistemas de incentivos das PME. ■

O secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, encerrou os trabalhos.



Paula Nunes

## TRÊS PERGUNTAS A...



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

## “OE não transmite esperança às pessoas”

Domingues de Azevedo alerta para o aumento da carga fiscal e duvida da devolução da sobretaxa de IRS.

### Considera o OE/15 um orçamento de viragem?

O OE para 2015 é antes de mais um documento espartilhado por três (o próprio OE, pela Reforma do IRS e pela Fiscalidade Verde), sem um rumo determinado e que não transmite esperança às pessoas, após anos de sacrifícios marcados pelo enorme aumento de impostos. Este orçamento é mais um instrumento que vai penalizar ainda mais a vida dos

contribuintes. Não há não qualquer alívio da carga fiscal. Antes pelo contrário, como já admitiu a ministra das Finanças. Há uma deslocação de impostos que não significa a sua simplificação, mas o seu agravamento. Basta vermos o que vai acontecer com o IRS e a aplicação da Fiscalidade Verde. Além do mais, restringe direitos dos sujeitos passivos, ao aumentar para cinco mil euros o montante sobre o qual os contribuintes podem recorrer das decisões dos tribunais tributários de primeira instância, quando actualmente esse valor é de 1.250

euros. Trata-se de dificultar o acesso do contribuinte à Justiça. Fica a pergunta: há intenção deliberada do Estado arrecadar mais receita com esta medida? Este OE continua a seguir uma visão marcadamente economicista.

### Acha que passa em Bruxelas, dado que não cumpre o Tratado Orçamental?

Julgo que passará em Bruxelas. A França e a Itália já viram luz verde aos seus orçamentos, após efectuarem alguns acertos e a própria Comissão já afirmou que nenhum Estado-membro viola de forma grave as regras europeias.

### A nível da fiscalidade, as famílias serão mais ou menos penalizadas?

Foi montada uma campanha publicitária para se fazer crer que estávamos perante um documento “amigo” das famílias, mas tal não é verdade. Vai haver um aumento da carga fiscal, não tenhamos dúvidas, nem que seja pela via dos designados “impostos verdes”. Fazer depender, por outro lado, o retorno da sobretaxa do IRS ao contribuinte, dos excedentes orçamentais, é quase uma utopia. Tenho quase a certeza de que não vão existir condições para tal. **L.S**



C

CONFERÊNCIA V FÓRUM FISCALIDADE

# Peritos questionam sustentabilidade das reformas do IRS e do IRC

**Impostos** Reforma do IRC deixou pouca margem para descer IRS. Mas a estabilidade é fundamental para o sistema fiscal.

Paula Cravina de Sousa  
e Lígia Simões  
paula.cravina@economico.pt

A reforma do IRC continua a levantar preocupações entre os especialistas e uma das principais questões é o efeito que tem na margem orçamental para baixar o IRS. Por outro lado, a sustentabilidade das reformas do IRC e do IRS foram questionadas. Estes pontos foram ontem debatidos na conferência organizada pelo Diário Económico e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) sobre o Orçamento do Estado para 2015 (OE/15).

Os argumentos de estabilidade e de previsibilidade legislativas no IRC - importantes para a atracção de investimento - competem com o facto de a redução da taxa limitar a margem de desagrevamento da carga fiscal das famílias e com o facto de ser insustentável no longo-prazo.

Neste sentido, o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Sérgio Vasques, colocou em causa a estabilidade conseguida com a reforma do IRC. A redução das taxas vale mais de mil milhões de euros até 2018 - com descida da taxa de IRC até entre 17% e 19% e com a eliminação das derramas até 2018 - o que faz com que a "estabilidade seja insustentável no longo-prazo". Para o fiscalista "está-se agora a sentir estes efeitos na falta de margem que há para baixar o IRS". "A estabilidade é importante sim, mas em premissas mais seguras e racionais", frisou. Já o tax partner da Deloitte, Carlos Loureiro, reconheceu que a descida da taxa de IRC não é "uma das principais preocupações das empresas", mas defendeu que "não se consegue captar investimento se não houver estabilidade", citando o ranking do World Economic Forum, em que Portugal ganhou posições.

Sérgio Vasques realçou ainda que, à margem da redução da taxa de IRC, o Governo tem introduzido um conjunto de taxas como a do sector energético, farmacêutico, alimentar, entre



Carlos Loureiro, Sérgio Vasques e Manuel Faustino debateram a fiscalidade no OE 2015.

outras. "Pergunto, se em última análise, a reforma do IRC é um bom negócio para as grandes empresas", questionou. E com a cláusula de salvaguarda no IRS - que garante que a partir do próximo ano os contribuintes possam ver o seu imposto calculado com base nas regras de 2014, caso seja mais vantajoso - "passamos a ter dois sistemas de IRS e vários de IRC", sublinhou ainda.

**Reforma do IRC vai custar mais de mil milhões de euros até 2017.**

Para o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, "quando se fez a reforma do IRC era evidente que não haveria margem para as famílias e ficou-se com aquela engenharia que é a devolução condicionada da sobretaxa". "Esta reforma [do IRS] padece desse problema criado por uma opção política", referiu.

## Reforma do IRS insustentável

Outro dos alertas deixados é que a própria reforma do IRS pode ser insustentável, na medida em que parte é 'financiada' pela fiscalidade verde. Sérgio Vasques explica que a receita da fiscalidade verde tende a reduzir-se com a adaptação dos consumidores às novas realidades fiscais, "o que torna os mecanismos de redução do IRS insustentáveis do ponto de vista orçamental". Neste caso, restará ao Governo ou "voltar a agravar o IRS ou voltar a fazer uma reforma da fiscalidade verde e subir novamente estes impostos".

Relativamente ao mecanismo de devolução da sobretaxa, o ex-director de serviços do IRS,

Manuel Faustino, questionou a possibilidade de vir a ser devolvida tendo em conta as metas de receita de IRS e de IVA. Mas pressupondo que tudo corre bem e que o Estado devolve a totalidade da sobretaxa de cerca de 800 milhões de euros aos contribuintes, "o Governo que iniciar funções, começará o ano com 0,5% do PIB de défice".

Ainda sobre a reforma do IRS, Manuel Faustino afirmou que "pode ser que, com as '359' propostas de alteração que vão dar entrada no Parlamento, ainda se chegue a uma reforma boa". Por sua vez, Sérgio Vasques considerou que, tanto as reformas do IRS como a do IRC, se "afastam cada vez mais da Constituição" e que algumas alterações no IRS, nomeadamente a reestruturação das deduções à colectam poderão "ser levadas ao Tribunal Constitucional". Já Carlos Loureiro "é fundamental haver um consenso geral como houve no IRC". "O Governo de Malta mudou depois de 40 anos e a primeira coisa que o novo Executivo fez foi dizer que mantinha a estratégia fiscal", exemplificou ainda. ■



Paula Nunes

## O MOMENTO

Manuel Faustino protagonizou o momento da conferência com uma referência ao Diário Económico de ontem. Reza a notícia que uma família perdeu a casa onde vive, avaliada em 19.500 euros e posta à venda por uma dívida ao Fisco de 1.900 euros. Dívida de Imposto Único de Circulação e respectivas coimas porque a família não deu baixa de dois carros que foram abatidos há cinco anos. Ficam na rua seis pessoas - uma mulher viúva, três filhos e dois netos. Manuel Faustino mostrou-se "chocado" com a notícia e, ele que foi muitos anos director dos Serviços do IRS, disse: "O Fisco não tem o direito de tirar a casa. Os limites estão nos direitos humanos das pessoas". E acrescentou: "Percebi agora porque é que nenhum partido do arco da governação quis que a Lei Geral Tributária tivesse valor reforçado. Se tivesse, esta situação não poderia acontecer". A assistência premiou a humanidade do fiscalista com um forte e sentido aplauso.

# As críticas à reforma do IRS...

**Análise** Saiba quais são os prós e contras que os especialistas apontam às mais recentes reformas fiscais.

Lígia Simões  
e Paula Cravina de Sousa  
ligia.simo@economico.pt

À reforma do IRS são traçados elogios e lançadas algumas críticas pelos fiscalistas Sérgio Vasques, Carlos Loureiro e Manuel Faustino.

**1**  
**DEVOLUÇÃO DA SOBRETAXA**  
Manuel Faustino recorda que a sobretaxa é um imposto autónomo, o qual está, porém, integrado na receita de IRS. “Não consigo encontrar esta discriminação na Conta Geral do Estado”, diz. E prossegue: “Quando Paulo Portas diz que se for atingida a receita adicio-

nal de IRS e IVA - que no cenário idílico daria par devolver em 2016 a totalidade de 800 milhões de euros -, o Estado não se pode apoderar dela, esta receita não se pode pôr num saquinho e transitar para o ano seguinte”. Sobre a redução de taxas do IRS, nomeadamente da sobretaxa extraordinária de 3,5%, Sérgio Vasques é contundente: “A nossa expectativa foi largamente defraudada e acabamos por ficar em mãos com uma engenharia de devolução da sobretaxa”. Com a decisão de reduzir o IRC de 25% para 23% em 2014, Sérgio Vasques considera que “era evidente que se ficava sem folga para desagrar os impostos sobre as famílias”.

**2**

## CLÁUSULA DO IRS

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais critica ainda a criação da cláusula do regime mais favorável para o contribuinte que impedirá as famílias de pagarem mais IRS com as novas regras do que pagariam com as actuais regras. “Acabou-se por introduzir uma segunda engenharia fiscal com a dupla liquidação de imposto que gera uma imprevisibilidade do imposto. Isto acaba por ser o que de mais grave há na reforma do IRS”.

**3**

## ABATIMENTO DAS DESPESAS DE SAÚDE AO RENDIMENTO

Mas áreas da saúde são das mais protegidas em questões fiscais e, pela primeira, vez, estas despesas são indexadas ao NIF”, critica Manuel Faustino. E lança algumas questões: “É legítimo o Fisco exigir o NIF nas facturas? Não é adequada esta exigência nas despesas de saúde. Alerta também que as despesas de saúde feitas noutros países da UE como “não vêm pelo e-factura” não são elegíveis o que, diz, “viola o direito da UE”, de liberdade de circulação de pessoas.

**4**

## DESPESAS GERAIS FAMILIARES COM NIF

Manuel Faustino também lança críticas a este novo modelo: “Têm-nos vendido um combate

cívico à fraude fiscal. Nós cumprimos quando pedimos a factura, ir além e exigir o NIF é imputar-nos um ónus da inspecção tributária. Não tenho que me expor perante o Fisco, o meu dever termina quando peço a factura”.

**5**

## SIMPLIFICAÇÃO E OUTRAS MEDIDAS

Carlos Loureiro considera que “no global é uma reforma positiva”. Elogia a simplificação e destaca algumas medidas como a alteração do regime de residência fiscal com a introdução do conceito de residência parcial; a tributação separada; bem como os apoios à mobilidade geográfica e aos expatriados. ■



Aspecto da assistência, de cerca de 450 pessoas, que encheu por completo o salão nobre e a galeria do Hotel Ritz.

Paula Nunes

## ... e à reforma da fiscalidade verde

**Taxas sobre sacos de plásticos e agravamento de tributação sobre o carbono são alguns dos alvos de críticas.**

**1**  
**TAXAS SOBRE AUTOMÓVEIS E COMBUSTÍVEIS**

Sérgio Vasques destaca que, no final deste processo de reformas, “aquilo que há de novo é o agravamento sobre os combustíveis e automóveis. Pois, só aqui é possível o aumento necessário de receita fiscal e garantir um instrumento de polí-

tica eficaz”. Ainda assim, considera que dado que “Portugal tem um problema grave com estas importações de automóveis, não parece que seja insensato” o agravamento do ISV.

**2**

## IMPOSTOS VERDES PAGAM QUOCIENTE FAMILIAR

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais critica ainda o facto de se estar “a financiar um desagravamento do IRS à custa do agravamento de impostos verdes”. E sustenta: “O meu princi-

pal receio é que torne o desagravamento do IRS insustentável [150 milhões de euros da fiscalidade verde servirão para financiar o novo quociente familiar]. E daqui a uns tempos ou se aumenta o IRS ou faz-se uma nova reforma da fiscalidade verde”.

**3**

## MEDIDAS POLÉMICAS CAEM

Carlos Loureiro, ‘partner’ da Deloitte considera que a esta reforma “é mais polémica”, recordando que algumas medidas como as taxas de viagens aéreas

ou sobre as dormidas de turistas tiveram que cair, pois seriam “prejudiciais para a economia, um tiro no pé”.

**4**

## TAXAS SOBRE SACOS DE PLÁSTICO

Já sobre a contribuição de 0,08 euros por cada saco de plástico, este fiscalista defende que “o objectivo de redução do consumo destes sacos não vai acontecer, porque os comportamentos dos consumidores não mudam de um dia para o outro”

**5**

## EXTINÇÃO DE CLÁUSULA DA TAXA DO CARBONO

Ao nível da tributação sobre o carbono, Carlos Loureiro realça a existência de “uma cláusula na reforma que diz que a cotação poderá deixar de estar condicionada evolução do mercado”. E alerta: “Num cenário de aperto orçamental, haverá aqui um forte agravamento de tributação. Há uma nuvem que paira, nomeadamente sobre as empresas”. ■